

A violência contra a escola e o fortalecimento da rede de proteção

Sandra Cavaletti Toquetão

Coordenadora Pedagógica na Prefeitura de São Paulo. Pesquisadora do Grupo Políticas Públicas da Infância (CRIANDO-PUC/SP) e Linguagem em Atividade no Contexto Escolar (LACE-PUC/SP)

E-mail: sandracavaletti@gmail.com

Vera Lucia Michalany Chaia

Professora do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da PUC/SP. Coordenadora e pesquisadora do NEAMP (Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política). Pesquisadora do CNPq e da FAPESP.

E-mail: vmchaia@pucsp.br

Resumo: Nas duas últimas décadas, o Brasil tem sido palco de ataques violentos em escolas, evidenciando a falta de políticas públicas e a invisibilidade das crianças e jovens nas redes sociais. Nesse contexto, este artigo nasce ancorado em resultados de pesquisa que se propôs a analisar as mídias digitais no universo infantil, buscando compreender como elas influenciam na formação das crianças. Por meio de metodologia qualitativa, foi realizada coleta de dados empíricos para o trabalho de campo, incluindo a prática da etnografia com crianças. É fundamental repensar a segurança escolar e adotar medidas preventivas, bem como promover uma cultura de paz e não violência no ambiente escolar.

Palavras-Chave: violência contra as escolas; cultura de paz; rede de proteção; segurança escolar; efeito contágio.

Abstract: In the past two decades, Brazil has witnessed violent attacks in schools, highlighting the lack of public policies and the invisibility of children and young people on social media. In this context, this study is anchored in research results that aimed to analyze digital media in children's universe to understand how they influence children's development. By a qualitative methodology, empirical data were collected during fieldwork, which included ethnography with children. It is essential to rethink school safety, adopt preventive measures, and promote a culture of peace and non-violence in schools.

Keywords: violence against schools; culture of peace; protection network; school security; contagion effect.

Submissão: 22/05/23

Aceite: 02/10/24

1. INTRODUÇÃO

Na manhã de quarta-feira, 4 de abril de 2023, recebemos a notícia de uma tragédia na cidade de Blumenau. Uma creche particular foi cenário de um ataque brutal: um homem de 25 anos matou quatro crianças, com idades entre cinco e sete anos, utilizando uma machadinha, e feriu outras quatro crianças. Infelizmente, esse não foi um caso isolado no Brasil. Na semana anterior, um menino de treze anos matou a professora na Rede Estadual de São Paulo e feriu outras quatro pessoas. Ele foi contido por outra professora. Em uma carta escrita para a família, vê-se que o menino planejou o ataque desde os 11 anos de idade. Da mesma forma, em um único dia (25/11/2022), duas escolas foram atacadas em Aracruz (ES) após um planejamento meticuloso. O adolescente, filho de um policial militar, na época com 16 anos, planejou o crime durante dois anos. Ele usou a arma de seu pai e tinha uma imagem da suástica nazista tatuada no braço. Sabe-se que ele recebeu de presente do pai a autobiografia de Adolf Hitler.

Provocadas pela finalização e pelos resultados apontados na pesquisa “A influência das mídias digitais na cultura da infância”,¹ que buscou compreender a relação dos jogos digitais com a formação de nossas crianças, as autoras reforçam a denúncia da falta de políticas públicas e da invisibilidade das crianças e jovens nas redes sociais. Eles estão imersos em uma subcultura extremista e de intolerância, naturalizada com as tecnologias de comunicação, que abrem caminho para uma nova forma de massificação e dominação. As autoras também foram sensibilizadas pela faixa etária das crianças atingidas no ataque e pela idade do agressor, ainda na fase da infância, na escola em São Paulo. Quando olhamos além dos ataques violentos que aconteceram recentemente, percebemos a urgente necessidade de se discutir a influência das mídias no universo da infância.

Diante da gravidade do fenômeno, voltamos a olhar para a sociedade a partir da educação das crianças, pois essa violência se constitui como um problema econômico, político, cultural e social, interferindo no comportamento dos seres humanos, inclusive nos corpos infantis, que são mais vulneráveis.

2. HISTÓRICO DE VIOLÊNCIA ÀS ESCOLAS

Por simbolizar a democracia, as escolas tornam-se alvo vulnerável para indivíduos com discursos de ódio. Nesse cenário de ataques, o medo se propaga na sociedade, pois o assassinato de crianças e professoras se repete em massacres. Alguns autores, como Penna², nos lembram do clima de perseguição inquisitorial criado em muitas escolas brasileiras. As instituições escolares são vistas como espaços de disputa cultural, pois fortalecem as estruturas democráticas, tornando-se assim vulneráveis às agressões de grupos extremistas. O discurso reacionário, fundamentado no ódio, leva pais e estudantes a enxergarem o professor como inimigo de suas ideias. O autor argumenta sobre a paranoia

1 TOQUETÃO, Sandra Cavaletti. *A influência das mídias digitais na cultura da infância*. 2023. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/39729>. Acesso em: 28 fev. 2024.

2 PENNA, Fernando de Araújo. O discurso reacionário de defesa de uma “escola sem partido”. In: GALLEGOS, Esther Solano (org.). *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.

persecutória e a precariedade da situação dos professores: “A pior consequência do discurso reacionário no campo educacional é a adesão de muitos à campanha de ódio aos professores, que leva a práticas persecutórias e ao denunciamento [...]”³

Os tiroteios em escolas são derivados de múltiplos fatores e não são fenômenos exclusivos da chegada das redes sociais do século XXI. Um exemplo é o massacre da Columbine High School, no Colorado (EUA, 1999), no qual dois indivíduos mataram 13 pessoas e feriram outras 24 antes de cometerem suicídio. Além do tiroteio, eles plantaram 99 bombas: 76 na escola, 13 em seus carros, 8 em suas casas e 2 bombas próximas ao Corpo de Bombeiros, que serviriam como distração. Eles planejaram o ataque por 11 meses.

No Brasil, o primeiro ataque ocorreu em 2002, em Salvador (BA), com perfis diferentes dos ocorridos em 2023. Segundo o relatório *Ataque às escolas no Brasil: análise do fenômeno e recomendações para a ação governamental*⁴, lançado em novembro de 2023 pelo Grupo de Trabalho de Especialistas em Violências nas Escolas, do Ministério da Educação, o Brasil teve, entre esse primeiro atentado e o momento de sua conclusão (outubro de 2023), 36 ataques a escolas, que resultaram em 137 vítimas, sendo 40 casos fatais e 102 pessoas feridas.

O relatório *O ultraconservadorismo e extremismo de direita entre adolescentes e jovens no Brasil: ataques às instituições de ensino e alternativas para a ação governamental*⁵, elaborado para a equipe de transição (2022/2023) do governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, aponta que o número de ataques se intensificou, e quase metade deles ocorreu nos últimos doze meses. É perceptível e preocupante esse aumento de casos, e nos leva a refletir sobre a segurança do ambiente escolar e reforça o alerta sobre a ausência de ações governamentais.

Neste contexto, a internet é um espaço disputado por diferentes grupos políticos e ideológicos, por isso é preciso analisar esses atentados para elaborar medidas preventivas. De fato, um levantamento realizado pelo Instituto Sou da Paz⁶ apontou que, nos últimos 20 anos, o Brasil registrou 12 ataques em escolas com uso de armas de fogo, que causaram 34 mortes. Em todos os casos, os assassinos eram alunos ou ex-alunos da instituição.

Além disso, em uma nota técnica intitulada “Extremismo violento em ambiente escolar”⁷, a pesquisadora Michele Prado realizou o levantamento de informações de 22 casos de jovens que cometeram ataques, entre 2002 até 2023, 14 desses jovens tinham relação com grupos extremistas online, o que indica a necessidade de um olhar atento para os ambientes digitais e redes sociais.

3. EFEITO CONTÁGIO

Na era das redes sociais, a ampla disseminação de notícias, o sensacionalismo e informações falsas podem influenciar no aumento de casos de violência contra a escola. Em um estudo de 2016, pesquisadores da Western New Mexico University⁸ revisaram dados sobre tiroteios em massa em locais públicos e apontaram que a recorrência desses crimes aumentou devido à cobertura

3 Ibidem. p. 112.

4 GRUPO DE TRABALHO DE ESPECIALISTAS EM VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS. **Ataques às escolas no Brasil: análise do fenômeno e recomendações para a ação governamental.** Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/grupos-de-trabalho/prevencao-e-enfrentamento-da-violencia-nas-escolas/resultados/relatorio-ataque-escolas-brasil.pdf>. Acesso em: 23 set. 2024.

5 CARA, Daniel; PELLANDA, Andressa; SANTOS, Catarina de Almeida; DADICO, Claudia Maria; MADI, Fernanda Rasi; ORSATI, Fernanda T.; MEATO, Juliana; OLIVEIRA, Letícia; ARONOVICH, Lola; FRANCA, Luka; FROSSARD, Marcele; SILVEIRA, Paola da Costa; ABRAMOVAY, Miriam. **O extremismo de direita entre adolescentes e jovens no Brasil: ataques às escolas e alternativas para a ação governamental.** [S. l.], 2022. Disponível em: <https://campanha.org.br/acervo/relatorio-ao-governo-de-transicao-o-ultraconservadorismo-e-extremismo-de-direita-entre-adolescentes-e-jovens-no-brasil-ataques-as-instituicoes-de-ensino-e-alternativas-para-a-acao-governamental/>. Acesso em: 24 mai. de 2023.

6 ATAQUES armados a escolas vitimaram 93 pessoas nos últimos 20 anos; veja levantamento do sou da paz. **Instituto Sou da Paz**, [s. l.], 7 abr. 2023. Disponível em: <https://soudapaz.org/noticias/ataques-armados-a-escolas-vitimaram-93-pessoas-nos-ultimos-20-anos-veja-levantamento-do-sou-da-paz>. Acesso em: 24 mai. de 2023.

7 Nota técnica 15 – Extremismo violento em ambiente escolar. Disponível em: <https://www.monitordigital.org/2023/03/29/nota-tecnica-15-extremismo-violento-em-ambiente-escolar>. Acesso em: 24 mai. de 2023.

8 Media Contagion” Is Factor in Mass Shootings, Study Says. **American Psychological Association**. 2016. Disponível em: <https://www.apa.org/news/press/releases/2016/08/media-contagion>. Acesso em: 23 mai. de 2023.

9 SALDAÑA, Paulo; TEIXEIRA, Matheus. Lula diz que não quer transformar ‘escolas prisões de segurança máxima’ e anuncia liberação de R\$ 3 bi. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 abr. 2023. Disponível em: <https://folha.com/za0shv/r>. Acesso em: 23 mai. de 2023.

10 BACHUR, João Paulo. Desinformação política, mídias digitais e democracia: como e por que as fake news funcionam? **Direito Público**, [S. l.], v. 18, n. 99, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1117/rdp.v18i99.5939>. Acesso em: 23 mai. de 2023.

11 SOARES, João Pedro. Pandemia e redes sociais agravaram violência em escolas; militarização não é solução. **Brasil de Fato**, Rio de Janeiro, 1 abr. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/04/01/pandemia-e-redes-sociais-agravaram-violencia-em-escolas-militarizacao-nao-e-solucao>. Acesso em: 23 mai. de 2023.

12 D’MASCHIO, Ana Luísa. O perfil do extremismo nas escolas e como a sociedade precisa agir. **Porvir**, São Paulo, 3 abr. 2023. Disponível em: <https://porvir.org/o-perfil-do-extremismo-nas-escolas-e-como-a-sociedade-precisa-agir>. Acesso em: 23 mai. de 2023.

de imprensa a respeito deles, chegando a um ponto em que comunidades em mídias sociais glorificam os atiradores. Os programas sensacionalistas de televisão e canais digitais, usando a justificativa de que seu público precisa ser informado, passam horas mostrando imagens do atentado, das armas e do assassino, fortalecendo o criminoso que busca notoriedade em sua rede.

O Brasil vive uma epidemia de ataques a escolas. No dia 18 de abril de 2023, o governo federal brasileiro anunciou que 225 pessoas foram presas ou apreendidas em dez dias sob suspeita de participarem de ataques a escolas. Além disso, 756 perfis foram retirados das redes sociais por incitar o ódio⁹. A proximidade entre esses ataques é atribuída ao “efeito contágio”, já que alguns deles fazem referência a ataques anteriores. Pesquisas mostram que esses incidentes geralmente ocorrem em locais cheios de pessoas e têm tendência a se tornarem contagiosos. Especialistas em psicologia social afirmam que a cobertura intensiva da mídia pode impulsionar o contágio, uma vez que “o efeito de massa – a suspensão da racionalidade individual por meio de um contágio emocional – agora ocorre mediado pela tecnologia e independentemente de uma multidão concreta”¹⁰. Logo após o ataque na Escola Estadual Thomazia Montoro, em São Paulo (SP), a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo (SSP-SP) registrou sete boletins de ocorrência com planos de ataques a escolas feitos por adolescentes¹¹.

Nos fóruns extremistas, também há competição para ver quem consegue mais atenção da mídia. A forma como a mídia relata um evento pode desempenhar um papel importante no aumento da probabilidade de ocorrência de novos ataques. De acordo com Catarina de Almeida Santos, uma das coordenadoras da Rede Nacional de Pesquisa sobre Militarização da Educação¹², divulgar a imagem do atirador, fornecer um passo a passo ou imagens da arma cria um ambiente de perigo, “santifica” o atirador e o torna visível para aqueles que desejam realizar ações semelhantes. A cobertura ao vivo, por exemplo, aumenta o nível de excitação em torno do evento e da busca por notoriedade. A atenção da mídia é percebida como uma recompensa pelas ações do agressor, o que romantiza os autores de ataques anteriores. Por exemplo, foram encontrados conteúdos sobre massacres ocorridos nos Estados Unidos nos ataques de Realengo (RJ), que ocorreu em 7 de abril de 2021, e de Suzano (SP), que ocorreu em 13 de março de 2019. A repetida exposição das imagens é uma forma de incentivar o efeito contágio, muitas vezes apresentando uma receita detalhada para promover outros massacres.

4. VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS E VIOLÊNCIA CONTRA AS ESCOLAS

As mídias sociais desempenham um papel central na disseminação do medo, na criminalização e na polarização política. A retórica violenta está presente nos círculos sociais do cotidiano escolar. De acordo com Han (2018), cada vez mais as mídias sociais se assemelham a panópticos digitais, inspirados na ideia

de Bentham. Os panópticos digitais são invisíveis, porém observam e exploram impiedosamente as necessidades sociais, transformando a violência em uma mercadoria de consumo, monetizada pelas curtidas nas redes sociais.

Empoli¹³ afirma que a indignação, o medo, o preconceito, o insulto e a polêmica racista ou de gênero se propagam nas telas e proporcionam engajamento. Nesse caminho, observamos a ascensão de grupos extremistas, com mensagens incitando a violência. De acordo com Miriam Abramovay, doutora em ciências da educação e coordenadora do Programa Estudos sobre Juventudes, Educação e Gênero: Violências e Resiliências da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), responsável pelo estudo “Trajetórias/Práticas Juvenis em Tempos de Pandemia da Covid-19”¹⁴, durante o período de isolamento, muitos jovens tentavam preencher seu cotidiano com atividades diferentes, mas outros não conseguiam fazer isso e registraram problemas de insônia e depressão. Quando retornam ao ambiente escolar, trazem essas questões consigo. No entanto, a escola permanece igual, sem atualizar seu papel. Para a pesquisadora, as ações da escola devem priorizar a prevenção, investindo em uma cultura de paz e não violência. A escola é a instituição formadora para a cidadania. O tema está previsto na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e aponta que a abordagem deve ser sistêmica e contínua, visando prevenir a violação de direitos e a propagação de retóricas violentas, por meio do diálogo sobre o universo da cultura midiática e digital.

Tendo por base o compromisso da escola de propiciar uma formação integral, balizada pelos direitos humanos e princípios democráticos, é preciso considerar a necessidade de desnaturalizar qualquer forma de violência nas sociedades contemporâneas, incluindo a violência simbólica de grupos sociais que impõem normas, valores e conhecimentos tidos como universais e que não estabelecem diálogo entre as diferentes culturas presentes na comunidade e na escola.¹⁵

Além de posicionar-se diante dos discursos de ódio e das práticas de intolerância, discriminação e violência, é urgente perceber os sintomas e sinais que surgem em comportamentos isolados ou não observados, uma vez que a voz das crianças, adolescentes e jovens ainda é pouco ouvida nos ambientes familiares e escolares. Isso ocorre devido à rotina cansativa do trabalho e das tarefas domésticas, ao excesso de tempo dedicado às tecnologias e à superlotação das salas de aula.

Outro ponto a ser destacado é o direito das escolas aos serviços de psicologia e serviço social nas redes públicas de educação básica, conforme estabelecido pela Lei nº 13.935¹⁶. No entanto, de acordo com uma reportagem do portal G1¹⁷(28/03/2023), as escolas estaduais de São Paulo, por exemplo, estavam sem atendimento psicológico presencial. Segundo a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, o programa Psicólogos na Educação, lançado após o ataque de Suzano em 2019, estava sendo realizado de forma virtual, desrespeitando as normas vigentes do Conselho Federal de Psicologia, que na época proibia o atendimento online em casos de violência, violação de direitos, urgência e desastre.

13 EMPOLI, Giuliano da. **Os engenheiros do caos**. São Paulo: Vestígio, 2019.

14 TRAJETÓRIAS, práticas juvenis em tempos de pandemia da Covid-19. **FLACSO Brasil**, Brasília. Disponível em: <https://flacso.org.br/project/trajetorias-praticas-juvenis-em-tempos-de-pandemia-da-covid-19>. Acesso em: 23 mai. de 2023.

15 BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

16 BRASIL. Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, p. 7, 12 dez. 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13935.htm. Acesso em: 23 mai. de 2023.

17 HONÓRIO, Gustavo; PAIVA, Deslange. Escolas da rede estadual estão sem psicólogos desde o fim de fevereiro por suspensão de programa. **G1**, Rio de Janeiro, 28 mar. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/03/28/escolas-da-rede-estadual-estao-sem-psicologos-desde-o-fim-de-fevereiro-por-suspensao-de-programa.ghtml>. Acesso em: 23 mai. de 2023.

Infelizmente, as situações de violência nas escolas não se restringem a casos extremos. Segundo um relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) de 2019, o Brasil liderou o ranking mundial de agressões verbais e físicas contra professores nas escolas. É inegável que o extremismo contribui para a violência nas escolas e para a cooptação de crianças, adolescentes e jovens. Os casos de violência dentro das escolas estão se tornando cada vez mais frequentes.

O relatório *O ultraconservadorismo e extremismo de direita entre adolescentes e jovens no Brasil: ataques às instituições de ensino e alternativas para a ação governamental* destaca que utiliza a expressão “violência contra as escolas” ou “às escolas”, e não “violência escolar”, pois o agente da violência não é a instituição escolar em si, nem as práticas promovidas por ela ou dentro dela. Segundo o relatório, é importante não tratar isso como “terrorismo”, pois, ao focar exclusivamente na prevenção de ataques, exclui-se a possibilidade de prevenir que essas crianças e jovens sejam cooptados por interações virtuais difundidas em aplicativos de mensagens, jogos e redes sociais, que não necessariamente incentivam a prática de atos terroristas.

5. MEIOS DE COOPTAÇÃO E PERFIL

O relatório do governo dos Estados Unidos, *Protecting America's Schools*, de 2019¹⁸, apontou que não há um perfil específico de aluno agressor, nem um perfil específico de escola alvo dos ataques. Os agressores variam em idade, sexo, raça, nível escolar, desempenho acadêmico e características sociais. Não se trata de uma questão individual, mas sim do contexto em que esses adolescentes e jovens estão inseridos, do tipo de informação que recebem ou dos grupos aos quais pertencem. Geralmente, possuem motivações diferentes, e, quando essas motivações estão diretamente ligadas ao contexto da escola atacada, podem estar relacionadas a episódios de bullying e violência que causam transtornos mentais.

Debater os motivos para o aumento desses casos nos últimos tempos é uma forma de prevenção, porém, é complexo definir um perfil do indivíduo que realiza o ataque, pois envolve múltiplos fatores. Alguns desses fatores são intrapessoais e relacionados a problemas de saúde mental. Esses ataques, geralmente praticados por alunos e ex-alunos, estão frequentemente associados a situações prolongadas de isolamento e abandono, incluindo negligência familiar.

Corroborar essa ideia o distanciamento das relações afetivas durante a pandemia e o isolamento social vivido, o qual impactou diretamente as relações dos jovens com as tecnologias digitais. As pessoas passaram a ficar muito mais conectadas e isso potencializou a exposição a conteúdos extremistas. Tanto as crianças quanto seus responsáveis ficaram mais imersos na internet, seja para lazer, estudo ou trabalho, dificultando o diálogo. Dessa forma, existem diversas perspectivas sobre a violência nas escolas, mas é consenso entre os pesquisadores do Grupo de Trabalho de Educação do governo de transição (2022/2023)¹⁹

18 U.S. Department of Homeland Security. *Protecting America's schools*. [S. l.]: National Threat Assessment Center, 2019. Disponível em: https://www.secret-service.gov/sites/default/files/2020-04/Protecting_Americas_Schools.pdf. Acesso em: 23 mai. de 2023.

que o discurso de ódio presente nessas ações está enraizado nas comunidades digitais e fundamenta-se em perspectivas que incluem distorções sobre “a lei e a ordem”, justificando o abuso da força como solução para problemas estruturais, pensamento antidemocrático, perseguição de ideias de esquerda, racismo, discurso de ódio direcionado a mulheres e LGBTfobia.

Soma-se a isso o incentivo ao armamentismo e à ideologia da morte, a idolatria aos movimentos separatistas, ao nazismo e ao fascismo. Segundo Catini, Theodor W. Adorno “considerava a sobrevivência de elementos fascistas no interior da democracia como mais potencialmente ameaçadora do que a sobrevivência de tendências fascistas contra a democracia”²⁰. Atento a essa questão, após o ataque em Blumenau, o então ministro da Justiça, Flávio Dino, que ocupou o cargo de 2023 até janeiro de 2024, no governo do Presidente Lula, determinou que a Polícia Federal investigasse organizações nazistas e neonazistas no Brasil.

É importante ressaltar que “a nova direita flerta com as ideias do nazifascismo e, conscientemente, contribui para normalizá-lo”.²¹ Embora não tenham relação direta com os ataques, o discurso desses grupos, alimentados pelo bolsonarismo nos últimos anos, colabora com a ascensão do extremismo. Esses discursos apresentam proposições legislativas, como o projeto privatista de Educação Domiciliar, que visam impedir a diversidade nas escolas, acusando professores de escolas e universidades públicas de fazerem doutrinação comunista e de imporem aos estudantes o que chamam de “ideologia de gênero”. Em seu artigo na *Folha de São Paulo*²², Ruy Castro, jornalista, escritor e membro da Academia Brasileira de Letras, afirma que é desse discurso de ódio que surge a escalada de crimes, e, não por acaso, várias escolas têm sido cenário desses surtos de ódio expressados por armas.

Há ainda outro fator a considerar: não é um problema em si que as crianças e os jovens frequentem os ambientes de jogos na internet. Nesses ambientes digitais, eles buscam diversão, constroem vínculos sociais e encontram uma forma de expressar sentimentos de raiva e frustração. Contudo, os jogos oferecem ferramentas de conversa ao vivo (chat) que funcionam como território livre. As conversas no chat não são registradas permanentemente, e, quando o jogo é fechado, as conversas desaparecem, dificultando o monitoramento por parte dos pais. Nesses espaços, que se constituem como desafios reais, há uma permissão velada para as conversas paralelas nos chats, incentivando uma subcultura extremista, misógina e violenta. Essas plataformas colocam a democracia em risco, pois são “a fonte primária das cascatas que alimentam a bacia eleitoral”²³ de grupos extremistas.

Em algumas plataformas circulam conteúdos ilegais, como é o caso da *deep web* (internet profunda, em tradução livre), um termo utilizado para descrever plataformas de conteúdo que, por várias razões técnicas, não são indexadas pelos mecanismos de pesquisa. Essas plataformas ficam escondidas e não podem ser acessadas pelos buscadores comuns de internet (Chrome, Firefox, Edge). Para navegar nesses conteúdos, é necessário um endereço e aplicativo próprios, no entanto, o acesso à *deep web* está se tornando cada vez mais fácil,

19 CARA, Daniel; PELLANDA, Andressa; SANTOS, Catarina de Almeida; DADICO, Claudia Maria; MADI, Fernanda Rasi; ORSATI, Fernanda T.; MEATO, Juliana; OLIVEIRA, Letícia; ARONOVICH, Lola; FRANCA, Luka; FROSSARD, Marcelle; SILVEIRA, Paola da Costa; ABRAMOVAY, Miriam. **O extremismo...** Op. cit.

20 CATINI, Carolina. Educação e empreendedorismo da barbárie. In: CÁSSIO, Fernando (org.). **Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar.** São Paulo: Boitempo, 2019. p. 34.

21 CARAPANÃ. A nova direita e a normalização do nazismo e do fascismo. In: GALLEGOS, Esther Solano (org.). **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2018. p. 39.

22 CASTRO, Ruy. Ele nos ensinou a odiar. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 6 abr. 2023. Disponível em: <https://folha.com/qzwid950>. Acesso em: 15 jun. 2023.

23 EMPOLI, Giuliano da. **Os engenheiros...** Op. cit.

embora ainda pouco rastreado. Empoli (2019) descreve o ambiente dos jogos digitais, onde milhões de jovens estão imersos em uma realidade paralela à qual são fortemente afeiçoados. Segundo o autor, é “um mundo anárquico, composto de comunidades difíceis de controlar e impregnado de uma cultura frequentemente misógina e hiperviolenta, pelo menos na dimensão cibernética”.²⁴ Nesse ambiente, encontram-se perfis que cultuam a violência, compartilham imagens de ataques e promovem o discurso de ódio, ensinando métodos para planejar atentados e influenciar outros jovens. No entanto, o discurso de ódio não está restrito apenas a esse submundo da internet. Por meio de mensagens que aparentam ser engraçadas e inocentes, os jovens são cada vez mais expostos a conteúdos extremistas em plataformas comuns, como Discord, Twitter, Instagram, TikTok, Facebook, Telegram, WhatsApp e chats de jogos online, que circulam nas telas de crianças e jovens sem praticamente nenhum controle. Não há regulamentação ou monitoramento dessas atividades devido aos interesses econômicos por trás dessa decisão não tomada.

O aliciamento desses jovens não ocorre de forma repentina nem tem como objetivo direto realizar um crime. É um processo longo, e muitos relatam que estão imersos nesses ambientes e discursos de ódio há mais de dois anos. Segundo a pesquisadora Telma Vinha²⁵, professora da Faculdade de Educação da Unicamp, coordenadora do GEDDEP e coordenadora associada do GEPEM, esses grupos e comunidades online possuem um poder de acolhimento e uma sensação de pertencimento muito fortes, que exacerbam esses sentimentos, bem como o ódio e a violência. Para a pesquisadora, alguns desses jovens já vivenciaram algum tipo de sofrimento na escola (bullying, exclusão, humilhação etc.) ou relações familiares e sociais acompanhadas de ressentimentos e solidão e não encontram na escola apoio para superação. De acordo com o relatório da equipe de transição do governo 2022/2023, existem diversas formas de cooptação, tais como o uso de humor, recursos estéticos, linguagem violenta e *trollagem*, jogos, imagens de ataques e compartilhamento de manifestos de atiradores como métodos de propaganda.

Sabemos que o acesso à internet já faz parte do dia a dia das crianças e jovens. Segundo a pesquisa TIC Kids Online 2023²⁶, 95% das crianças e dos adolescentes brasileiros, entre 9 e 17 anos de idade, usam a internet. Entre as crianças de 9 e 10 anos, público mais próximo de nossa pesquisa, 71% usam YouTube, 51% utilizam WhatsApp, 50% Tik Tok, 26% Instagram. Não se trata de proibir o acesso, mas proteger as crianças *na* internet, e não *da* internet. Então, é urgente garantir que esses ambientes sejam seguros e confiáveis.

6. CAMINHOS PARA A PREVENÇÃO

Infelizmente os dados e evidências científicas sinalizam que essas violências envolvem situações e contextos extremamente complexos, sem uma solução rápida ou fácil, havendo indícios de que podem se repetir. Com a urgência

24 Ibidem, p. 96.

25 VINHA, Telma; GARCIA, Cléo; NUNES, Cesar Augusto Amaral; ZAMBIANCO, Danila Di Pietro; MELO, Simone Gomes de; LAHR, Talita Bueno Salati; PARENTE, Elvira Maria Portugal Pimentel R.; FOGARIN, Beatriz; OLIVEIRA, Vitória Hellen Holanda. **Ataques de violência extrema em escolas no Brasil: causas e caminhos**. Disponível em: https://d3e.com.br/wp-content/uploads/relatorio_2311_ataques-escolas-brasil.pdf/. Acesso em: 15 set. 2024.

26 Pesquisa TIC Kids Online Brasil – 2023. **Cetic.br**, São Paulo. Disponível em: <https://cetic.br/pt/tics/kidsonline/2023/criancas/>. Acesso em: 18 jan. 2024.

de prevenir e resgatar os jovens que estão envolvidos nessas comunidades de ódio, no dia 5 de abril de 2023, sob a coordenação do ministro da Educação, Camilo Santana, o governo federal anunciou a criação de um grupo de trabalho interministerial para discutir a adoção de iniciativas para coibir ataques contra escolas. Ricci (2019) afirma que as políticas educacionais mais recentes no Brasil têm sido objeto de disputa entre empresas e bancadas parlamentares vinculadas a interesses religiosos e empresariais. Os deputados que fazem parte da Frente Parlamentar de Segurança Pública, conhecida como a “bancada da bala”, defendem maior repressão do aparelho estatal com projetos imediatos para a instalação de detectores de metal nas escolas, revista de mochilas, monitoramento por vídeo e contratação de seguranças armados, aumentando ainda mais a violência contra grupos cujos direitos já são tão desrespeitados. No entanto, outros acreditam que a militarização das escolas não é a solução. Segundo Ricci (2019, p. 108), “a militarização escolar segue um roteiro midiático focado na espetacularização dos casos de violência”. Em sentido oposto, os deputados que fazem parte da “Frente Parlamentar Mista da Educação” indicam a necessidade de uma Política Nacional de Saúde Mental nas escolas, o monitoramento da segurança e a responsabilização das plataformas por conteúdos com discurso de ódio.

Como já vimos, a violência nas escolas é um problema multifatorial, e, portanto, as ações para enfrentá-lo devem ser diversas. Os casos recentes de ataque em ambiente escolar reforçam a necessidade de fortalecer as políticas públicas para combater a violência. Diante da complexidade desses problemas, ações conjuntas são essenciais para a proteção de crianças e adolescentes. Sendo assim, destacamos alguns pontos para o debate:

7. O FORTALECIMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A ação frente a análise dos fatores e possibilidades educacionais não é neutra. Mas a invisibilização das questões sociais também é uma escolha política. A elaboração de políticas públicas sempre foi instrumento utilizado por diferentes sociedades para combater os autoritarismos, as tiranias, os terrores, e as múltiplas formas de destruição da sociedade construída. No mundo conectado, o combate ao extremismo tem de ser sistêmico e constante, pois suas ideias circulam livremente pela internet. As medidas indispensáveis para prevenir os ataques passam pela resposta firme de repúdio e punição aos discursos nazistas e fascistas.

O artigo 19 do Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014²⁷) estabelece que as plataformas só podem ser responsabilizadas por conteúdos postados por seus usuários se descumprirem uma ordem judicial que determinou sua remoção. Revendo essa responsabilização, o Projeto de Lei nº 2630/2020²⁸, que institui a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet, ainda se encontra em discussão para votação. Ele propõe avanços significativos, como as formas de controle parental, e aponta a corresponsabilidade das plataformas

para proteger os direitos das crianças, adotando medidas que assegurem um nível elevado de privacidade e proteção de dados. Também como uma resposta legislativa crucial, surge uma decisão importante do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), órgão colegiado permanente e autônomo, integrante da Presidência da República, que, em 5 de abril de 2024, sancionou a Resolução Conanda nº 245²⁹. Essa lei reforça a necessidade de oferecer um ambiente digital mais seguro para as crianças e jovens. A Resolução 245 não somente redistribui as responsabilidades de cuidado e proteção do ambiente privado para o coletivo, mas também reforça a noção de que todos os segmentos da sociedade são guardiões dos direitos digitais das crianças e jovens.

7.1 A escola como principal rede de proteção

A escola é um lugar de encontro, mas também é um espaço de participação política. Nela, as pessoas se relacionam o tempo todo e criam vínculos afetivos. A educação é poder e as representações construídas pela mídia tornaram-se fundamentais nas experiências individuais e sociais contemporâneas. Sendo assim, é necessário pensar em uma educação midiática crítica e engajada, como também rever o papel dos componentes curriculares das Ciências Sociais, nas aulas de Sociologia e Filosofia, sem renunciar a transdisciplinaridade de temas como justiça, solidariedade, direitos humanos e combate aos preconceitos. Para que esses temas se enraizem na escola, é imprescindível que os profissionais da educação recebam formação e sejam incentivados a realizar um trabalho pedagógico constante de educação midiática.

7.2 O papel das famílias

A ação educativa deve ser na escola e da família. Contudo, muitos pais demonstraram não ter ferramentas suficientes para compreender as novas tecnologias. Algumas famílias desconhecem o sofrimento e os relacionamentos vividos pelos filhos. Distanciam-se pelas dificuldades em lidar com essas emoções e não buscam ajuda da rede de proteção. As crianças, adolescentes e jovens passam muito tempo sozinhos nos ambientes digitais. Os pais ficam preocupados com isso, mas, ao mesmo tempo, as telas geram conforto e uma falsa sensação de segurança dentro de casa. As relações que as crianças e jovens vivem nos ambientes digitais precisam ser pautadas nos encontros familiares, por meio do diálogo crítico e afetivo, fortalecendo os valores da comunidade em que vivem.

7.3 O engajamento da sociedade

A última preocupação da escola devia ser a segurança contra esse tipo de evento dentro do seu ambiente. As ações de segurança, acolhimento e informação

27 BRASIL. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, p. 1, 24 abr. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm. Acesso em: 18 jan. 2023

28 BRASIL. Projeto de Lei nº 2630, de 3 de abril de 2020. Institui a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2256735>. Acesso em: 10 out. 2023.

29 BRASIL. Ministério dos direitos humanos e da cidadania. Resolução nº 245, de 5 de abril de 2024. Dispõe sobre os direitos das crianças e adolescentes em ambiente digital. *Diário Oficial da União*, seção 1, Brasília, DF, ed. 68, p. 42. Disponível em: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/blob/baixar/48630>. Acesso em: 15 set. 2024.

precisam estar presentes e transcender a lógica setorializada e fragmentada dos equipamentos públicos. Por fim, respondendo aos desafios globais contemporâneos, é urgente dialogar com os órgãos competentes e discutir a regulação dessas plataformas digitais com medidas de responsabilização e punição dos ambientes que abrigam conteúdos de incentivo à violência. É imprescindível que as políticas públicas tenham como princípio o avanço da democracia e o aprofundamento das formas de participação social para a integração das instâncias de articulação dos equipamentos públicos e da sociedade civil por meio de uma gestão intersetorial.

8. CONSIDERAÇÕES

A educação está passando por um dos períodos mais complexos de sua história. Negar os conflitos existentes não fará com que essa violência desapareça. Mal terminamos de enfrentar uma pandemia que provocou muitos problemas relacionados à saúde mental devido ao fechamento do ensino presencial e ao isolamento das crianças, adolescentes e jovens, e já estamos vivendo um medo constante diante de algo sobre o qual sabemos pouco, especialmente a respeito dos fatores e ações que desencadeiam os ataques nas escolas.

Para responder aos desafios globais contemporâneos, é urgente, por exemplo, dialogar com os órgãos competentes e discutir a regulação dessas plataformas digitais, adotando medidas de responsabilização e punição dos ambientes que abrigam conteúdos que incentivam a violência. A análise dos ataques violentos às escolas brasileiras é complexa e multifacetada, porém muitos desses atentados estavam relacionados ao crescimento do extremismo, sendo realizados por jovens que foram cooptados por discursos de ódio disseminados e comunicados em ambientes digitais. Na véspera do atentado, o agressor da escola Thomazia Montoro fez postagens no Twitter, uma plataforma aberta, indicando sua intenção violenta. Para pensar em avanços e ações que evitem tamanha violência, cada um, dentro de seu território, pode discutir quais são seus recursos e como podem ser mais bem aproveitados, promovendo ações compartilhadas que gerem soluções integradas e contribuam efetivamente para o funcionamento da rede de proteção.

O caminho para enfrentar as violências contra a escola é a união em torno dela. É imprescindível que as políticas públicas tenham como princípio o avanço da democracia e o aprofundamento das formas de participação social para a integração das instâncias de articulação dos equipamentos públicos e da sociedade civil, por meio de uma gestão intersetorial (segurança, educação, cultura, saúde, esporte, entre outros). A responsabilidade pela violência nas escolas e contra as escolas não é exclusiva da instituição educacional. Não adianta tomar medidas, como colocar um policial em cada escola, se não houver políticas de controle de armas e desarmamento. As cidades de Parkland e Santa Fé, que sofreram atentados, tinham policiais armados dentro das escolas, mas eles

não foram capazes de impedir os massacres ocorridos em 2018, que deixaram 17 e 10 mortos, respectivamente.

A escola necessita de investimento e valorização do trabalho docente. Ela é parte essencial da rede de proteção, considerando o processo educativo para a construção da cidadania, e campo de pesquisa e local de estudo para uma sociedade democrática.

Em termos práticos, para reconstruir lugares de convivência, solidariedade e respeito mútuo em momentos de crise, é necessário o planejamento de ações integradas, revisão de orçamentos, normatizações técnicas, ampliação de recursos humanos, instrumentos de monitoramento e avaliação, entre outros aspectos que devem ser repensados e reestruturados com a perspectiva da promoção de uma cultura de paz. Sendo assim, é preciso discutir a possibilidade de a esfera pública e a sociedade civil se organizarem de forma colaborativa, inclusive utilizando as novas tecnologias de comunicação em seus ambientes digitais para requalificar esse espaço.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACHUR, João Paulo. Desinformação política, mídias digitais e democracia: como e por que as fake news funcionam? **Direito Público**, [S. l.], v. 18, n. 99, 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

CARAPANÃ. A nova direita e a normalização do nazismo e do fascismo. *In*: GALLEGO, Esther Solano (org.). **O ódio como política**: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 39

CATINI, Carolina. Educação e empreendedorismo da barbárie. *In*: CÁSSIO, Fernando (org.). **Educação contra a barbárie**: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. 1. ed. São Paulo: Boitempo editorial, 2019. p. 33-39.

EMPOLI, Giuliano da. **Os engenheiros do caos**: como as fake news, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar eleições. São Paulo: Vestígio, 2019.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica**: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Belo Horizonte: Ayiné, 2018.

RICCI, Rudá. A militarização das escolas públicas. *In*: CÁSSIO, Fernando (org.). **Educação contra a barbárie**: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 107-114.

PONTUAL, Pedro de Carvalho. Educação popular e participação social: desafios e propostas para hoje. *In*: CÁSSIO, Fernando (org.). **Educação**

- Sandra Cavaletti Toquetão e Vera Lucia Michalany Chaia

contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

PENNA, Fernando de Araujo. O discurso reacionário de defesa de uma “escola sem partido”. In: GALLEGO, Esther Solano (org.). **O ódio como política:** a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 190-113.

TOQUETÃO, Sandra Cavaletti. **A influência das mídias digitais na cultura da infância.** 2023. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2023.

